

## **BRASÍLIA 50 ANOS: A Importância da Cartografia na Evolução Urbana do Distrito Federal**

**Graciete Guerra da Costa**

PPG-FAU, Universidade de Brasília - Doutoranda/Arquiteta Urbanista/Pesquisadora do CNPq -

[gracietedacosta@gmail.com](mailto:gracietedacosta@gmail.com)

### **RESUMO**

Pelos registros da história e material cartográfico disponível, o trabalho estuda a evolução e os diversos mapas produzidos para o Distrito Federal/Brasil, observando particularmente os produtos da cartografia e as possibilidades de representação e leitura da historicidade do território. O Distrito Federal é uma das 27 Unidades Federativas e se constitui como unidade atípica da Federação. A ele são atribuídas as competências legislativas reservadas aos Estados e Municípios. É o menor território autônomo do Brasil - com apenas 5.783 km<sup>2</sup>. Por limitação constitucional é vedada sua divisão em Municípios. Por isso se faz necessário interpretações mais amplas de suas formas de organização, principalmente os elementos essenciais de sua dinâmica territorial e dos processos significativos de transformação desse território. Observou-se que certos mapas foram decisivos para a produção cartográfica do Distrito Federal, a saber: (1) a elaboração pelo cartógrafo, explorador, geógrafo e engenheiro militar italiano Francesco Tosi Colombina, da carta geográfica de Goiás, realçando o valor estratégico do Planalto Central; (2) a Carta ou Plano Cartográfico da Capitania de Goiás, elaborada de 1777 a 1778 pelo Sargento-Mór Thomaz de Souza; (3) a Cartografia do Relatório Cruls que identificou a zona pré-definida pela Constituição, demarcando e desenhando a área conhecida por "Quadrilátero Cruls", com a expressão "Futuro Distrito Federal"; (4) a Cartografia do Relatório Belcher; (5) o Sistema Cartográfico do Distrito Federal - SICAD, composto de um acervo de 1.887 folhas. O estudo verifica que a Cartografia é o melhor instrumento de observação porque apresenta marcas da historicidade espacial, e registra os agentes que atuam na configuração geográfica, permitindo que se capture linhas de força da dinâmica territorial e que se aponte possibilidades da estrutura urbana para o futuro próximo. Além disso, o estudo contribui para uma série de expectativas sociais, econômicas e culturais que encontraram em Brasília uma síntese dos *Brasis*.

**PALAVRAS-CHAVE:** Cartografia; Distrito Federal; Brasília.

### **I - INTRODUÇÃO**

Ao completar 50 ANOS Brasília nos levou a refletir sobre a existência de muitas cidades que o mundo não tem interesse em preservar porque elas estão apenas vivas, não foram planejadas, nem estudadas, nem eleitas, mas impostas. O presente trabalho indaga como os produtos da cartografia e as diversas possibilidades de representação e leitura da historicidade do território contribuíram para que Brasília chegasse aos 50 ANOS como uma cidade para ser preservada e *respeitada*. *De complementar com lucidez e responsabilidade o que ainda lhe falta.*

A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos da Constituição Federal de 1988<sup>1</sup>. O Distrito Federal é uma das 27 Unidades Federativas e se constitui como unidade atípica da Federação. A ele são atribuídas as competências legislativas reservadas aos Estados e Municípios<sup>2</sup>. É o menor território autônomo do Brasil – com apenas 5.783 km<sup>2</sup>, o que equivale a 26% da área de Sergipe, que é o menor estado brasileiro. Por limitação constitucional é vedada sua divisão em Municípios<sup>3</sup>.

O Distrito Federal organiza-se em Regiões Administrativas, com vistas à descentralização administrativa, à utilização racional de recursos para o desenvolvimento sócio-econômico e à melhoria da qualidade de vida<sup>4</sup>. Região Administrativa, no Brasil, é o espaço geo-político-econômico com administração própria subordinada aos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, municipal, estadual ou distrital<sup>5</sup>.

A abordagem aqui tratada faz parte de uma tese de doutorado que estuda o histórico e a evolução urbana das trinta Regiões Administrativas - RAs que atualmente compõem o território do Distrito Federal<sup>6</sup>. Trata-se de levar em consideração a cartografia histórica e qual a sua importância na evolução urbana do Distrito Federal.

As unidades administrativas investigadas variam em extensão territorial, número de habitantes, processos de fundação, características de ocupação, formas de expansão e desenvolvimento urbano, o que resulta num contexto que ilustra a diversidade dos núcleos urbanos do Distrito Federal.

O objeto de pesquisa inclui a metrópole modernista RA I - Brasília, e as vinte e nove cidades do entorno: RA II - Gama, RA III - Taguatinga, RA IV - Brazilândia, RA V - Sobradinho, RA VI - Planaltina, RA VII - Paranoá, RA VIII - Núcleo Bandeirante, RA IX - Ceilândia, RA X - Guarã, RA XI - Cruzeiro, RA XII - Samambaia, RA XIII - Santa Maria, RA XIV - São Sebastião, RA XV - Recanto das Emas, RA XVI - Lago Sul, RA XVII - Riacho Fundo, RA XVIII - Lago Norte, RA XIX - Candangolândia, RA XX - Águas Claras, RA XXI - Riacho Fundo II, RA XXII - Sudoeste/ Octogonal, RA XXIII - Varjão, RA XXIV - Parkway, RA XXV - SCIA - Setor Complementar de Indústria e Abastecimento, RA XXVI - Sobradinho II,

<sup>1</sup> BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. CAPÍTULO I, DA ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA.

<sup>2</sup> BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. CAPÍTULO V, DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS, Seção I, DO DISTRITO FEDERAL

<sup>3</sup> BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil de 1891, Artigo 3º.

<sup>4</sup> BRASIL, DISTRITO FEDERAL, Lei Orgânica do Distrito Federal, Art. 10. Brasília: Câmara Legislativa do Distrito Federal, 2008.

<sup>5</sup> BRASIL, DISTRITO FEDERAL, Lei nº 4.545, de 10 de dezembro de 1964. Dispõe sobre a reestruturação administrativa do Distrito Federal, e dá outras providências. Brasília: 1964. Decreto "N" nº 456, de 21/10/65, regulamentou a numeração e a respectiva nomenclatura das oito Regiões Administrativas (DOU 27/10/65).

<sup>6</sup> COSTA, Graciete Guerra da. As Regiões Administrativas do Distrito Federal 1960-2010. In: Texto inédito da Tese de doutorado em conclusão. Universidade de Brasília, 2011.

RA XXVII - Jardim Botânico, RA XXVIII - Itapoã, RA XXIX - SIA - Setor de Indústria e Abastecimento e RA XXX - Vicente Pires.

As Regiões Administrativas são consideradas cidades, com cartografia histórica própria, significativa para todo o Distrito Federal. Os primeiros mapas e a memória das áreas originárias das atuais RAs aparentemente desapareceram em função da inauguração da Capital. Nesse sentido, o trabalho procura resgatar e registrar os primeiros mapas e, através de estudos de evolução urbana, elaborar material de apoio às atividades de planejamento urbano local, regional e nacional.

## II - A CARTOGRAFIA NO PLANALTO CENTRAL

### O mapa de Francisco Tosi Colombina<sup>7</sup>

Para se conhecer a história da cartografia no Brasil, é preciso olhar para o século XV, quando os portugueses começaram seus avanços pela costa da África.

Nos séculos XV e XVI a Cartografia obteve expressivos avanços em decorrência da necessidade de registrar informações preciosas para os navegadores, e também assinalar novas terras que iam sendo descobertas<sup>8</sup>.

Dessa forma o Brasil foi beneficiado, muito antes da sua descoberta, com a utilização de mapas produzidos em suas diversas fases, contribuindo para formar um rico acervo integrante da Cartografia Histórica do Brasil.<sup>9</sup>

Seguindo a lógica de absorção de cooperadores italianos desde o século XVI, o império português de Sebastião José de Carvalho, Conde de Oeiras e Marquês de Pombal, valeu-se mais uma vez dos italianos, na forma de cientistas, matemáticos, astrônomos, geógrafos, médicos e engenheiros para demarcar os novos limites da Amazônia e definir caminhos e mapas do restante do império lusitano na América.

O cartógrafo italiano Francesco Tosi Colombina, explorador, geógrafo e engenheiro militar contratado pelo Marques de Pombal e a serviço do primeiro governador de Goiás, Dom Marcos de Noronha, Conde

<sup>7</sup> LASSANCE, Adalberto. *A Influência da Cartografia na História de Brasília*. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal. Brasília, 1999.

<sup>8</sup> *Roteiro Prático de Cartografia: da América portuguesa ao Brasil Império* / Organização Antonio Gilberto Costa – Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

<sup>9</sup> *O Tesouro dos Mapas. A Cartografia na Formação do Brasil/Texto e Curadoria Paulo Miceli*. – São Paulo: Instituto Cultural Banco Santos, 2002.

dos Arcos, foi enviado ao Brasil de 1743 a 1753, como explorador militar e projetista de estradas. Ele pretendia abrir um caminho de Santos até Vila Boa de Goiás.<sup>10</sup>

Entre 1749 e 1751, justificando sua vinda à América portuguesa, Tosi Colombina assinou o Mapa das Cortes<sup>11</sup> no qual aparece as bacias fluviais que, da região central do Brasil, banham em todas as direções o imenso território brasileiro.



Figura 01: Mapa das Cortes de 1749. Assinado por: Francesco Tosi Colombina. Fonte: 3ª Seção do Estado-Maior do Exército.

Segundo LASSANCE<sup>12</sup> seus mapas de 1750 e 1751 possuíam enorme fidelidade da rede hidrográfica do Araguaia, Tocantins, Ilha do Bananal e a Ilha do Marajó com o desenho do mapa viário do Brasil<sup>13</sup>, serviu de base técnica às tratativas luso-espanholas que resultaram no Tratado de Madri. Nesse mesmo ano, o Marquês de Pombal manifestou a possibilidade de transferir a capital da colônia para o interior. Essa carta geográfica de Goiás realçou o valor estratégico do Planalto Central, conforme se deduz da dedicatória de seu mapa.

<sup>10</sup> Parecer do Conselho Histórico Ultramarino sobre um requerimento de Tosi Colombina e seus sócios de 16 de novembro de 1750.

<sup>11</sup> *Mapa das Cortes de 1749*. Assinado por: Francesco Tosi Colombina. Fonte: 3ª Seção do Estado Maior do Exército.

<sup>12</sup> Adalberto LASSANCE de Albuquerque é cartógrafo e pioneiro da Cartografia do DF. Trabalhou na NOVACAP, onde participou de vários projetos de Urbanismo como o Setor de mansões Park Way, Núcleos Rurais do Monjolo, Vargem da Benção e Rio Preto, Jardim e na execução da primeira planta cadastral do DF na escala 1:5.000. Foi coordenador do Projeto e da implantação do Sistema Cartográfico do Distrito Federal - SICAD de 1975 a 1983. É autor de várias publicações, como a coletânea de 17 documentos referentes ao Projeto Memória - Governo e Regionalização Administrativa do Distrito Federal, exerceu diversos cargos de gerência e também como Subsecretário da SUCAR.

<sup>13</sup> *Mapa de Goiás de 1751*. Assinado por: Francesco Tosi Colombina. Fonte: 3ª Seção do Estado Maior do Exército.

O mapa geofísico, fluvial e viário, com dedicatória e descrição, é intitulado "*Mapa da Capitania de Goiás e regiões circunvizinhas mostra as comunicações entre as bacias do Prata e Amazonas. Villa Boa de Goiás, 6 de abril de 1751*".

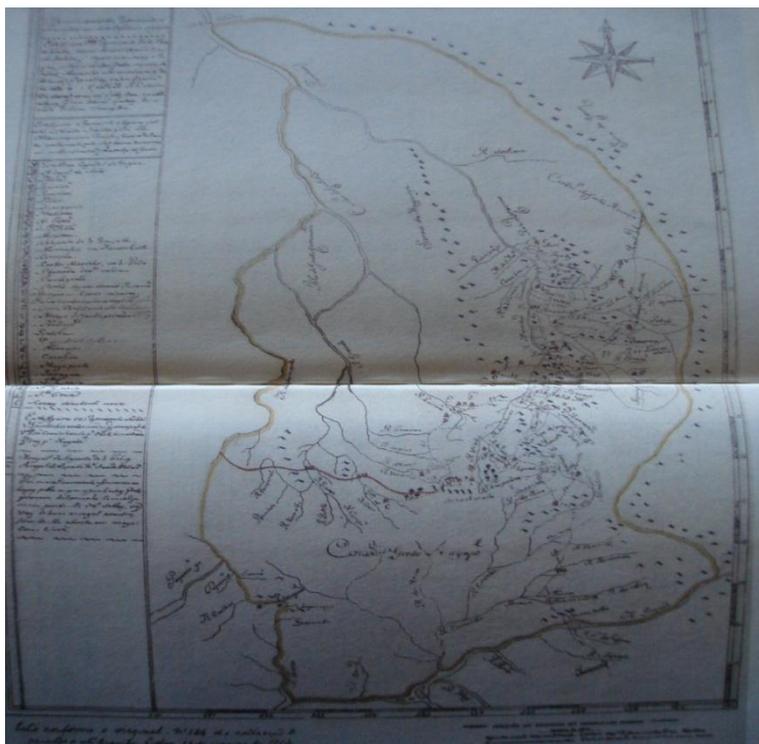


Figura 02: Mapa de Goiás de 1751. Assinado por: Francesco Tosi Colombina. Fonte: 3ª Secção do Estado-Maior do Exército.

Essa obra é muito importante porque define os limites entre Mato Grosso, Goiás, Pará, Maranhão, Pernambuco e as capitanias do Sul. Basta considerar que, precisamente em 1749, foram criadas as capitanias de Goiás e de Mato Grosso, independentes da Capitania de São Paulo.

O mapa retrata o epicentro das nascentes dos maiores sistemas hidrográficos brasileiros, trazendo pela primeira vez informações e rotas, tanto terrestres como fluviais, que ligam o Centro-Oeste ao Sul do Brasil. Tosi Colombina ressaltou a importância estratégica e política de seu mapa que dá uma visão física e uma rigorosa interpretação das dimensões territoriais do Brasil colonial na metade do século XVIII. Nele se destacam, sobretudo, as bacias hidrográficas do Tietê-Paraná-Paraguai, do Tapajós-Amazonas, como

também do Madeira-Amazonas. O epicentro é a bacia Araguaia-Tocantins, com a Ilha fluvial do Bananal e a Ilha do Marajó<sup>14</sup>.

Há dúvidas se Tosi Colombina foi ou não o autor do primeiro mapa da Capitania de Goiás<sup>15</sup>, entretanto ao registrar pontos topográficos e referências cartográficas importantes com maior rigor em seu mapa de 1750, ele propiciou uma base cartográfica que passaria a ser utilizada na tomada de decisões para a interiorização da Capital<sup>16</sup>. Pode ser que ele tenha usado outro desenho, ou mapa, ou documento como base, entretanto Tosi Colombina tinha conhecimentos suficientes para garantir num mapa as informações que lhe foram passadas. É provável ainda, que ele já tenha trazido consigo algumas informações básicas, tendo em vista que a quantidade de cartas existentes nessa época era expressiva.

Sua obra é importante: primeiro porque traduz-se numa descrição geofísica, geoeconômica e geoadministrativa do Brasil da época, registrada com rigor, tendo como fulcro o sítio topográfico que corresponde hoje à região de Brasília e do Distrito Federal; segundo porque a partir de seus mapas outras cartas surgiram aprimorando os conhecimentos das cartas de Tosi Colombina, como foi o caso da Carta dos Julgados.

### **Carta ou Plano Geográfico da Capitania de Goiás**

Trata-se da Carta ou Plano Geográfico da Capitania de Goiás<sup>17</sup> elaborada pelo Sargento-Mór Thomaz de Souza de 1777 a 1778. Esta Carta também conhecida como Carta dos Julgados provavelmente foi originada a partir dos mapas de Tosi Colombina porque ela aprimorou a rede fluvial e detalhou com mais precisão os acidentes geográficos.

O mapa assinala no centro a *Capitania de Goyas* e em tamanho menor parte das confrontações à esquerda parte da *Capitania do Cuyaba*, e a direita parte da *Capitania de São Paulo*, *Capitania de Minas Gerais*, *Capitania da Bahia* e *Capitania do Pará*. Nele aparecem todos os julgados da Capitania de Goyas cujos nomes foram grafados conforme eram escritos na época. A toponímia utilizada para os julgados daquela época permaneceu nos nomes das atuais cidades dos Estados do Tocantins e de Goiás, antes do desmembramento do Estado de Goiás.

---

<sup>14</sup> BERTRAN, Paulo. História da Terra e do Homem no Planalto Central: Eco-história do Distrito Federal: do indígena ao colonizador. Brasília: Solo Editores, 1994.

<sup>15</sup> BERTRAN, Paulo. Coleção Paulo Bertran.

<sup>16</sup> Arquivo Público do Distrito Federal.

<sup>17</sup> LASSANCE, Adalberto. *A Influência da Cartografia na História de Brasília*. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal. Brasília, 1999.



Figura 03: Mapa dos Julgados. Fonte: Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal. Brasília, 1999.

A Carta dos Julgados é importante para a evolução urbana porque a toponímia dos Julgados, dos acidentes geográficos, e da rede hidrográfica identificada permite estudos de caracterização do sítio físico e do crescimento dos municípios de Goiás.

Todas essas informações contidas nos documentos cartográficos serviram de subsídios para teorias geopolíticas sobre a mudança da Capital, tanto para Hipólito José da Costa como José Bonifácio. Eles inseriam em seus discursos referências geográficas precisas que obtiveram de documentos cartográficos.

No século XVII uma das primeiras idéias de se criar uma nova capital no interior do território da então colônia brasileira foi de Tiradentes, mártir da independência, que procurou uma solução neste sentido e propôs que a nova sede do governo fosse estabelecida em São João Del Rei.

Nesse contexto, de 1839 a 1877, Francisco Adolfo de Varnhagen, historiador e diplomata nascido em São Paulo, posteriormente alçado a Visconde de Porto Seguro, trabalhou arduamente sobre a idéia de mudar a capital para o Planalto Central.

Em 1877, então embaixador na Áustria, Varnhagen empreendeu uma viagem de reconhecimento para a região do Planalto Central. Aos 61 anos de idade, seguiu de São Paulo até a cidade de Formosa,

viajando em “lombo de burro”, o que resultou na publicação de um robusto trabalho em defesa da interiorização da capital: “A questão da capital: marítima ou no interior?”<sup>18</sup>

### III - A MISSÃO CRULS

A ação do Estado na estruturação do território brasileiro confunde-se com a própria história do país no Artigo 3º da Primeira Constituição da República, de 24 de fevereiro de 1891, em que determinou que: “Fica pertencente à União, no Planalto Central da República, uma zona de 14.400 Km<sup>2</sup>, que será oportunamente demarcada, para nela estabelecer-se a futura Capital Federal”.



Figura 04: A Missão Cruls. Crédito: Arquivo Público do DF, Colorização por Computador: André Azevedo. Fonte: <http://www.revelacaoonline.uniube.br/portfolio/cruls.html>.

De acordo com a sinopse contida no Relatório Cruls<sup>19</sup>, em 17 de maio de 1892 o presidente Floriano Peixoto constituiu a Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil, chefiada pelo astrônomo Louis Ferdinand Cruls<sup>20</sup> (1848-1908), Diretor do Observatório Astronômico do Rio de Janeiro e integrada por 22 membros: astrônomos, geólogos, médicos, geógrafos, botânicos, naturalistas, engenheiros e higienistas.

<sup>18</sup> Arquivo Público do Distrito Federal.

<sup>19</sup> CRULS, Luiz, 1848-1905. *Relatório Cruls: relatório da Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil / Luiz Cruls*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2003.

<sup>20</sup> Louis Ferdinand Cruls é engenheiro de origem belga, nasceu em 21 de janeiro de 1848, em Diest na província de Brabante, filho do engenheiro civil Philippe Auguste Cruls e Anne Elizabeth Jordens. Após fazer cursos de humanidades, entrou para Escola de Engenharia Civil de Gand de 1863

Observa-se que o botânico francês André Ferdinand Glaziou<sup>21</sup>, autor do argumento estético que culminou na criação do Lago Paranoá, não aparece entre os 22 nomeados da comissão, pois só vai se juntar ao grupo mais tarde<sup>22</sup>.

A Comissão exploradora recebeu instruções precisas, através de Portaria publicada no mesmo dia 17 de maio de 1892, sobre “proceder aos estudos indispensáveis ao conhecimento exato da posição astronômica da área a demarcar”. Para tanto, Luís Cruls escolheu, para integrar a Comissão, vários de seus antigos discípulos da Escola Superior de Guerra e parte de sua equipe do Observatório Astronômico, com destaque para os dois astrônomos J. de Oliveira Lacaille e Henrique Morize e dois geólogos Eugênio Hussak e Ernesto Hussak, pois sabia que teria que proceder a definição geodésica da área.

A escolha do local recaiu sobre o trecho do planalto Central onde se localizam as cabeceiras dos tributários de três dos maiores rios brasileiros: o Maranhão, afluente do Tocantins, o Preto, do São Francisco, e os rios São Bartolomeu e Descoberto, do Paraná. A Comissão partiu do Rio de Janeiro no dia 9 de junho de 1892, pela Ferrovia Mogiana, do Rio de Janeiro até Uberaba. De lá, rumou ao Planalto Central, percorrendo 4 mil quilômetros em cavalos e lombo de mula, com 9.640 Kg de equipamentos.

Ainda segundo o relatório, a Missão Cruls identificou a zona pré-definida pela Constituição, demarcando 14.400 Km<sup>2</sup>. A partir dessa empreitada, foi desenhada, pela primeira vez, em 1893, no mapa do Brasil, no Planalto de Goiás, a área conhecida como "Quadrilátero Cruls", com a expressão "Futuro Distrito Federal".

A Comissão Exploradora nutriu a convicção de que a zona demarcada apresentava a maior soma de condições favoráveis possíveis, e realizou estudos científicos inéditos, mapeando clima, topografia, geologia, flora, fauna, cursos d'água, o modo de vida dos habitantes, os aspectos urbanos das cidades encontradas no caminho e os recursos materiais da região do Planalto Central. O Relatório Cruls foi publicado em 7 de maio de 1894, e o sucesso da missão resultou na criação da Comissão de Estudos da Nova Capital da União<sup>23</sup>.

---

a 1868. Mais tarde em 1872 foi admitido como aspirante de Engenharia Militar com o primeiro grau de segundo e primeiro tenente. Ligado a um grupo de brasileiros durante seus estudos, foi convidado a visitar o Brasil em 1874, durante a viagem conheceu Joaquim Nabuco, que lhe serviu de guia e o apresentou a sociedade do rio de Janeiro. Durante um encontro o imperador D. Pedro II o convidou a se instalar no Brasil. Em 1876 foi nomeado adjunto do Observatório Imperial do Rio de Janeiro. Nesse mesmo ano participou de trabalhos da Comissão Governamental do Mapa do Império, encarregada de delimitar as fronteiras do Império. MOURÃO, Ronaldo Rogério de Freitas. Luiz Cruls, explorador do céu e da terra. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal, Brasília, 1999.

<sup>21</sup> André Ferdinand Glaziou (1826-1906) era chefe dos Parques e Jardins de D. Pedro II, e desde 1889, do Distrito Federal do Rio de Janeiro, autor de um herbário de 24 mil números, juntou-se à Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil a partir de 1894.

<sup>22</sup> VIDAL, Laurent. De Nova Lisboa a Brasília: a invenção de uma capital (séculos XIX-XX). Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2009.

<sup>23</sup> COSTA, Graciete Guerra da & MEDEIROS Valério S. A cartografia do Distrito Federal, In: Anais do III Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica. Ouro Preto-MG, 2009.

#### IV - A CARTOGRAFIA NO RELATÓRIO BELCHER

Em 21 de agosto de 1948, o presidente Eurico Gaspar Dutra nomeou uma Comissão de Estudo para a localização da Nova Capital sob a presidência do general Djalma Polli Coelho. Vinte meses depois, o general entregou o relatório final no qual endossou a proposta da Missão Cruls, mas ampliou a área sugerida, estendendo-a em direção a alguns rios que deveriam funcionar como limites naturais. A nova área de 52 mil Km<sup>2</sup> conhecida como "Retângulo do Congresso"<sup>24</sup> e a mensagem encaminhada ao Congresso foi assinada em Corumbá, Mato Grosso. Pela sua importância, ficou conhecida como "Mensagem de Corumbá"<sup>25</sup>.

Em mensagem encaminhada pelo presidente Eurico Gaspar Dutra com relação às conclusões a que chegou a Missão Polli Coelho, o Congresso Nacional, após cinco anos, aprovou a Lei Nº 1.803, de 05 de janeiro de 1953, que autoriza a realizar estudos definitivos para a escolha, no Planalto Central, de um sítio para a nova Capital Brasileira. Com a sanção da Lei, coube ao presidente Getúlio Vargas, em junho de 1953, designar a realização desses estudos definitivos através de uma Comissão de Localização da Nova Capital, presidida pelo General Aguinaldo Caiado de Castro.

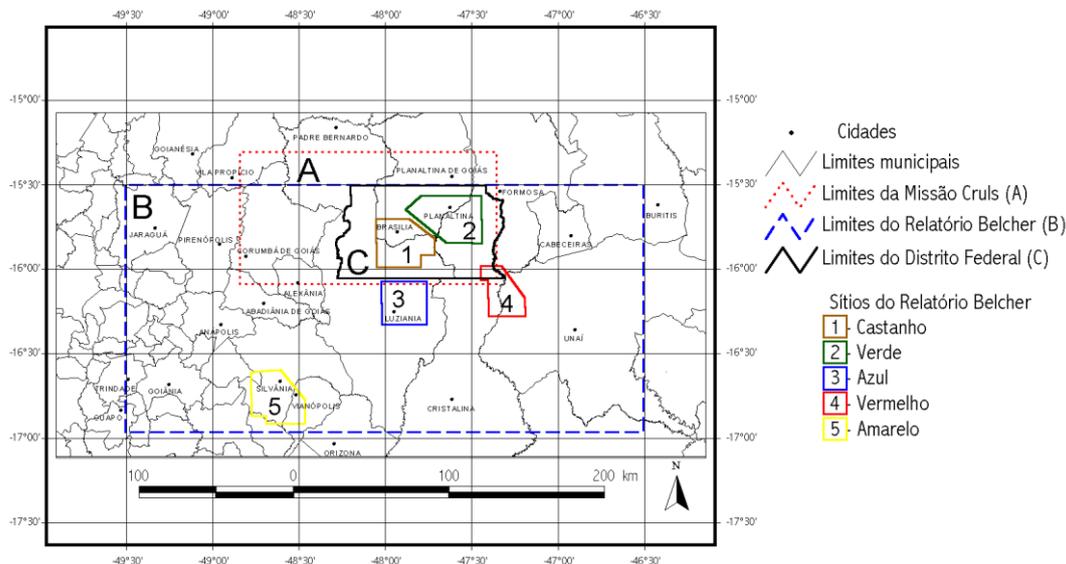


Figura 05: Localização dos limites das áreas indicadas pela Missão Cruls e pelo Relatório Belcher. Fonte: CODEPLAN

<sup>24</sup> Retângulo do Congresso: 52.000 quilômetros quadrados, ou 52 mil Km<sup>2</sup> escolhidos pelo Congresso Nacional.

<sup>25</sup> Arquivo Público do Distrito Federal.

A comissão contratou o levantamento aerofotogramétrico do Retângulo do Congresso realizado por uma empresa brasileira: Cruzeiro do Sul Aerofotogrametria. A interpretação das fotografias aéreas então obtidas serviu de base a uma empresa norte-americana Donald J. Belcher and Associates, encarregada de selecionar cinco sítios para a construção da Capital: Sítio Castanho, Sítio Verde, Sítio Azul, Sítio Vermelho e Sítio Amarelo.

A importância do Relatório Belcher, entregue em 1955, na Cartografia do Distrito Federal é notável porque foi adotado o sistema aerofotogramétrico com muitos produtos realizados: Relatório Descritivo, 41 fotomosaicos, 217 mapas temáticos: solos para agricultura, solos para engenharia, drenagem, geologia, utilização da terra<sup>26</sup>. Entre os cinco sítios selecionados pela firma norte-americana Donald J. Belcher and Associates, identificados com cores diferentes, a Comissão de Localização da Nova Capital escolheu, no dia 15 de abril de 1955, o sítio Castanho.

No dia 30 de dezembro de 1955, o Estado de Goiás iniciou as primeiras desapropriações no local do Distrito Federal.

Após o suicídio de Getúlio Vargas, em setembro de 1954, durante o governo de João Café Filho<sup>27</sup>, o Marechal José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque<sup>28</sup> assumiu a presidência da Comissão de Localização da Nova Capital Federal, e logo constituiu a importante Subcomissão de Planejamento Urbanístico, composta pelos arquitetos Raul Penna Firme, Roberto Lacombe e pelo engenheiro civil José de Oliveira Reis. Segundo registrado por Ernesto Silva<sup>29</sup>, “a pedido do Marechal Pessoa, esses conhecidos profissionais elaboraram um estudo preliminar para a Nova Capital”<sup>30</sup>; projetaram e apresentaram, em 1955, a cidade de Vera Cruz – “futura capital do Brasil”<sup>31</sup>. Portanto, a Subcomissão de Planejamento Urbanístico, ao elaborar o projeto de Vera

<sup>26</sup> LASSANCE, Adalberto. A Influência da Cartografia na História de Brasília. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal. Brasília, 1999.

<sup>27</sup> Vice-Presidente de Getúlio Vargas.

<sup>28</sup> Marechal José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque destacou-se por sua luta tenaz em definir o local para a construção da Nova Capital, o que conseguiu. Diante da negativa de Café Filho em desapropriar a área escolhida para a construção da nova capital, costurou com o Governador de Goiás e conseguiu que esse governo começasse o processo de desapropriação.

<sup>29</sup> Ernesto Silva foi secretário da Comissão de Localização da Nova Capital do Brasil, de 1953 a 1955; presidente da Comissão de Planejamento da Construção e da Mudança da Capital Federal, em 1956; e diretor da NOVACAP, de 1956 a 1961. Em seu livro História de Brasília (Brasília: Coordenada, s.d) transcreveu o “Memorial preliminar para a futura capital do Brasil”, de Raul Pena Firme, Roberto Lacombe e José de Oliveira Reis.

<sup>30</sup> SILVA, Ernesto. História de Brasília. Brasília: Coordenada. p.222.

<sup>31</sup> SCHLEE, Aridrey & FICHER, Sylvia. Vera Cruz, futura capital do Brasil, 1955. In: 9<sup>o</sup> Seminário de História da Cidade e do Urbanismo. Anais. São Paulo: FAUIUSP, 2006.

Cruz, trabalhou - em primeiríssima mão - com o material aerofotográfico especialmente produzido, e já sobre o “sítio castanho”. É importante salientar que os arquitetos Raul Penna Firme e José Oliveira Reis participaram ativamente da escolha de tal sítio.

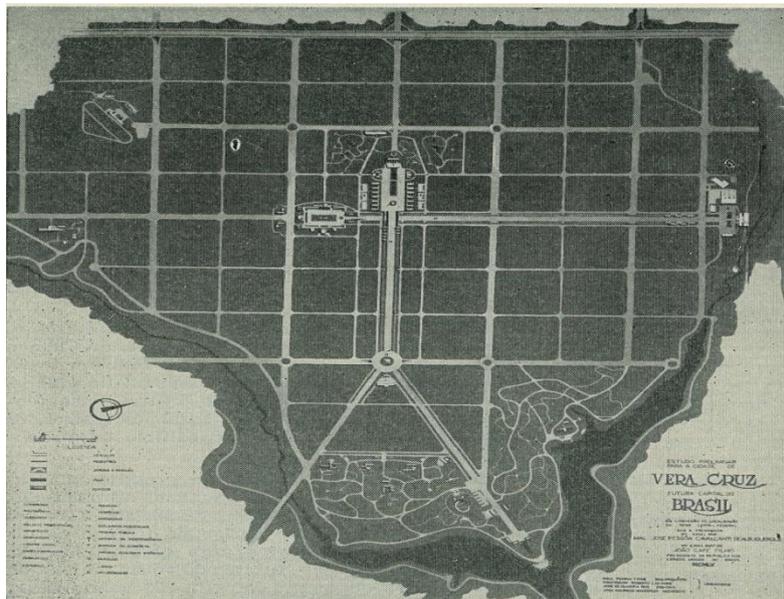


Figura 06: Projeto de Vera Cruz. Futura Capital do Brasil (1955). Fonte: SILVA, Ernesto. *História de Brasília*. Brasília: Coordenada, s.d.p.223.

## V - O SISTEMA CARTOGRÁFICO DO DISTRITO FEDERAL – SICAD

O Sistema Cartográfico do Distrito Federal – SICAD é a base de referência obrigatória usada para trabalhos de topografia, cartografia, demarcação, estudos, anteprojetos, projetos, implantação e acompanhamentos de obras em geral, bem como para o controle e monitoramento do uso do solo no Distrito Federal<sup>32</sup>.

Em 1975 começou a ser utilizado composto de um acervo de 1887 folhas nas escalas de 1: 10.000, 1: 2.000 e 1: 1.000. Foi instituído pelo Decreto Nº 4.008, de 26 de dezembro de 1977, e tem como objetivo a utilização de uma base única para o Distrito Federal.

Compete à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente – SEDUMA coordenar e disseminar as atividades e ações do SICAD-DF.

<sup>32</sup> Acervo Arquivístico da SEDUMA.

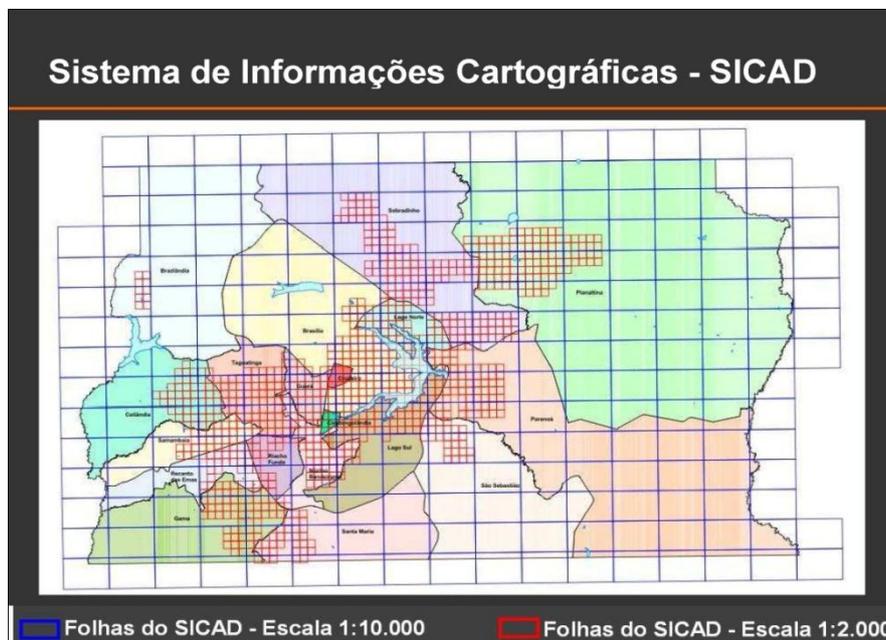


Figura 07: Mapa do SICAD. Fonte: Acervo Arquivístico da SEDUMA. Litz Mary Lima Bainy e Daniela A. Soares de Carvalho.

De acordo com os padrões definidos para a Carta Internacional ao Milionésimo, as folhas referentes ao mapeamento do Distrito Federal deveriam ser atribuídas parte para o fuso nº 22 (meridiano central de 51º) e parte no fuso nº 23 (meridiano central de 45º). Considerando a pequena dimensão territorial do Distrito Federal e o inconveniente que representaria para o usuário utilizar coordenadas planas referidas a duas origens diferentes, com valores não concordantes na fronteira entre os dois fusos adjacentes do Sistema UTM (Universal Transversa de Mercator) ao longo do meridiano de 48º, decidiu-se que o mapeamento do espaço geográfico relativo ao fuso nº 22, seria também referenciado ao meridiano central de 45º. Isso significa que o fuso nº 23 foi estendido até o limite oeste do Distrito Federal.

Essa decisão baseou-se ainda no fato de que a área do Distrito Federal contida no fuso nº 22 é relativamente pequena em relação à área do total não chegando a comprometer a qualidade cartográfica dos produtos técnicos produzidos.

A base física do atual SICAD é constituída de: uma folha do mapa do Df na escala 1:100.000; 14 folhas do mapeamento na escala 1:50.000; 43 folhas planialtimétricas na escala de 1:25.000,

correspondentes ao DF e adjacências; 244 folhas planialtimétricas na escala de 1:10.000; 510 folhas planialtimétricas na escala de 1:2000; 1274 folhas planialtimétricas na escala de 1:1000<sup>33</sup>.

Os mapeamentos estão disponíveis em meio digital<sup>34</sup>.

A importância do SICAD para o Distrito Federal reside no fato de que além dos mapeamentos das folhas articuladas outros produtos estão disponíveis como fotografias aéreas e ampliações; foto-índices; mosaicos; monografias de RRNN e vértices de apoio básico horizontal e vertical; e listagem de coeficientes de deformação linear e da convergência meridiana de cada folha.

## VI - CONCLUSÃO

A abordagem da Cartografia do Distrito Federal pouco a pouco pode levantar dúvidas legítimas. Como representar Brasília e o Distrito Federal? Somente o Plano Piloto com a poligonal do Conjunto Tombado com menos de 200 mil habitantes? A cidade monumento do século XX tombada pela UNESCO em 1988? Ou o conjunto completo pelas 30 Regiões Administrativas em um Distrito Federal de 2.051.146 habitantes? Acredita-se que o mais importante acontece fora de Brasília, nessas 30 cidades onde está a verdadeira realidade Distrito Federal.

Essa tarefa passou pelas cartas do cartógrafo, explorador, geógrafo e engenheiro militar italiano Francesco Tosi Colombina, pela Carta Geográfica de Goiás, realçando o valor estratégico do Planalto Central; pela Carta ou Plano Geográfico da Capitania de Goiás, elaborada de 1777 a 1778 pelo sargento-Mór Thomaz de Souza; pela Cartografia do Relatório Cruls que identificou a zona pré-definida pela Constituição, demarcando e desenhando a área do "Quadrilátero Cruls", com a expressão "Futuro Distrito Federal"; a Cartografia do Relatório Belcher; até chegar ao Sistema Cartográfico do Distrito Federal - SICAD, composto de um acervo de 1.887 folhas.

Desde os desenhos mais simples até a base georeferenciada em coordenadas UTM do SICAD a cartografia produzida em cada período da história do Distrito Federal reflete os interesses conforme a intenção de escolher a melhor localização do sítio físico. Esse trabalho tentou demonstrar a importância da Cartografia Histórica na Evolução Urbana do Distrito Federal: Seria possível planejar ou continuar planejando sem as informações preciosas dos documentos cartográficos? O trabalho empreendido pelos portugueses, italianos, viajantes, geógrafos e os cartógrafos constitui peça fundamental para o conhecimento e o entendimento do pensamento cartográfico de então.

<sup>33</sup> Mapas do SICAD - Brasília: SEDUMA, Decreto nº 4008, 1977.

<sup>34</sup> Acervo Arquivístico da SEDUMA.

## VII - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Álbum de Plantas Urbanas do Distrito Federal, Brasília: CODEPLAN, 1986. Arquivo Público do Distrito Federal.
- BERTRAN, Paulo. *História da Terra e do Homem no Planalto Central: Eco-história do Distrito Federal: do indígena ao colonizador*. Brasília: Solo Editores, 1994.
- BERTRAN, Paulo. *Notícia Geral da Capitania de Goiás*. Goiânia: UCG/UFG/Solo Editora, 1997.
- BUCHMAN, Armando. *Lucio Costa: o inventor da cidade de Brasília*. Brasília: Thesaurus, 2002.
- COSTA, Graciete Guerra da. *As Regiões Administrativas do Distrito Federal 1960-2010*. In: Texto inédito da Tese de doutorado em conclusão. Universidade de Brasília, 2011.
- COSTA, Lucio. *Registro de uma Vivência*. São Paulo: Empresa das Artes, 1995.
- CRULS, Luiz, 1848-1905. *Relatório Cruls: Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil*. Brasília: Edições do Senado Federal, 2003.
- Evolução Urbana do Distrito Federal – CODEPLAN.
- KUBITSCHKE, Juscelino, 1902-1976. *Porque construí Brasília*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2006, 3ª Edição.
- LASSANCE, Adalberto. *A Influência da Cartografia na História de Brasília*. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal. Brasília, 1999.
- Mapa das Cortes de 1749*. Assinado por: Francesco Tosi Colombina. Fonte: 3ª Secção do Estado Maior do Exército.
- Mapa de Goiás de 1751*. Assinado por: Francesco Tosi Colombina. Fonte: 3ª Secção do Estado Maior do Exército.
- Mapas do SICAD - Brasília: SEDUMA, Decreto nº 4008, 1977.
- Mapas do SITURB - Brasília: SEDUMA, Lei nº 353, 1992.
- Mapas Rodoviários do Distrito Federal 1975 a 2006 – DER Distrito Federal.
- O Tesouro dos Mapas. A Cartografia na Formação do Brasil/Texto e Curadoria Paulo Miceli*. - São Paulo: Instituto Cultural Banco Santos, 2002.
- Projeto Cartografia do Distrito Federal - *Cartografia para o Planejamento do território e Educação Espacial*. Brasília: Mapas Editora & Consultoria, 2005.
- Roteiro Prático de Cartografia: da América portuguesa ao Brasil Império / Organização Antônio Gilberto Costa* - Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.
- SCHLEE, Andrey & FICHER, Sylvia. *Vera Cruz, futura capital do Brasil, 1955*. In: 9º Seminário de História da Cidade e do Urbanismo. Anais. São Paulo: FAUIUSP, 2006.

SCHLEE, Andrey Rosenthal & DA COSTA, Graciete Guerra. *BRASÍLIA 50 ANOS: O LOCAL e o GLOBAL*. In: DO. AMARAL E SILVA, Gilcéia e ASSEN DE OLIVEIRA, Lisete (org.). *52<sup>o</sup> ICA Americanistas*, Sevilha, Julho, 2006.

SILVA, Ernesto. *História de Brasília*. Brasília: Coordenada. p.222.

TAVARES, Joaquim Alfredo da Silva. *Brasília Agrícola: Sua História*. Brasília-DF, 1995.

### **Sites Consultados**

Arquivo Público do Distrito Federal. Disponível em: [www.arpdf.df.gov.br](http://www.arpdf.df.gov.br); Acesso em 26/01/2011.